

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA  
NACIONAL**

**REQUERIMENTO Nº       , DE 2017**

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro de Estado da Defesa, Sr. Raul Jungmann, com a finalidade de explicar, aos integrantes desta Comissão, a dinâmica e os procedimentos da cooperação bilateral em matéria de defesa, estabelecida entre Brasil e EUA.

**Justificação**

O anúncio de que o Exército dos EUA participará, a convite do governo brasileiro, de um exercício militar conjunto que será realizado, em novembro deste ano, na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia não foi bem recebido.

Trata-se de uma decisão inédita na história militar recente do Brasil, que causa estranheza. O nosso país, até o presente governo ilegítimo, vinha investindo na gestão soberana da Amazônia, em parcerias com países da América do Sul, estabelecidas em mecanismos de cooperação regionais, particularmente os da Unasul e os da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Assim, esse convite a uma superpotência estrangeira, que não faz parte da Bacia Hidrográfica da Amazônia, representa um “ponto fora da curva”, na tradição de afirmação da soberania nacional numa região estratégica para o país.

Na realidade, esses exercícios vêm na esteira de uma série de iniciativas bilaterais que, no nosso entendimento, descortinam uma estratégia do atual governo de reaproximação subalterna aos EUA, tanto no campo da política externa, quanto no campo da política de defesa.

Entre tais iniciativas, destacamos a assinatura do Convênio para Intercâmbio de Informações em Pesquisa e Desenvolvimento, ou MIEA



(*Master Information Exchange Agreement*), na sigla em inglês, entre o Ministério da Defesa do Brasil e o Departamento de Defesa dos EUA que visa desenvolver produtos em cooperação bilateral.

O filósofo Héctor Luis Saint Pierre, fundador e líder do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional da Unesp e coordenador de Segurança Internacional, Defesa e Estratégia da Associação Brasileira de Relações Internacionais, afirma que tem notado “oficiais defendendo a tese de que não precisamos de autonomia tecnológica nas Forças Armadas se podemos contar com parcerias com países como os Estados Unidos. Normalmente, se imagina que um oficial militar, do país que for, seja um nacionalista. Mas essa é uma perspectiva liberal nas Forças Armadas que vem ganhando força.”

Ora, todos sabem que os EUA não disponibilizam tecnologia avançada para outros países, a não ser que tais países se enquadrem rigidamente em suas linhas estratégicas.

Portanto, esse acordo, se plenamente concretizado, poderá colocar a defesa brasileira e a própria indústria de defesa brasileira sob a órbita estratégica dos EUA. Ademais, há a possibilidade de que essa aproximação obedeça à intenção dos EUA de quebrar a expectativa de uma parceria sul-americana, neste momento político.

Não nos opomos, é claro, à cooperação com qualquer país. Porém, suspeitamos que tais iniciativas poderão acarretar prejuízos sensíveis à soberania nacional e ao desenvolvimento tecnológico autônomo do Brasil.

Face ao exposto, julgamos que esta Comissão precisa debater, de forma pormenorizada, esse assunto estratégico para o Brasil.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2017.

**Senador Lindbergh Farias**



SF/17576.70879-96